



CLT X autônomo

Nelson Barreto Coutinho, de Recife, questiona:

Atendendo convocação feita através de publicidade na revista *Veja* pelo Ministério da Administração, animamo-nos a apresentar um apelo no sentido de ser reparada uma das maiores discriminações que vêm sofrendo os servidores celetistas que são profissionais liberais, principalmente os médicos.

Trata-se da desvinculação da aposentadoria do servidor CLT da do autônomo.

Atualmente o servidor CLT ao aposentar-se obrigatoriamente junta o teto das contribuições de servidor e autônomo e aposenta-se dentro das normas do INPS, o que lhe reduz os proventos praticamente a 50% do salário do servidor em atividade.

Como são contribuições independentes, não sei porque obrigatoriamente têm que ser somadas para aposentadoria, com grave prejuízo econômico para o servidor e para a família, que bruscamente sofre corte substancial (50%) na renda familiar, face a drástica redução do "benefício" da aposentadoria em vista do salário que antes era recebido.

O estatutário é privilegiado, visto que as aposentadorias são independentes, podendo aposentar-se como autônomo e continuar como funcionário, ou vice-versa.

Por que a discriminação, se ambos prestam os mesmos serviços às instituições onde trabalham?

Parece-nos um elementar princípio de justiça eliminar dos

fundamentos legais que regem a aposentadoria do servidor CLT esta cruel obrigatoriedade de somar as contribuições com perda substancial nos proventos em vista do que prescreve a Consolidação das Leis do Trabalho, que deveria prevalecer apenas para o autônomo e não para o servidor, podendo este aposentar-se como o estatutário, independentemente da situação de autônomo e com os vencimentos integrais correspondentes ao tempo de serviço.

Achamos que essa obrigatoriedade de imposta aos servidores celetistas deveria ser revogada pelo espírito de justiça social que domina a Nova República, pois nos parece ser um resquício do autoritarismo que dominava o País.

Esperamos que a clarividência, o sentimento de justiça, a sensibilidade e o ar puro da Democracia que todos os brasileiros respiram, conduzam os debates para reforma administrativa do serviço público a eliminar esta inconseqüência cruel que penaliza o servidor celetista e sua família a baixar o padrão de vida a níveis incompatíveis com o que tinham quando o servidor estava em atividade.

O que se vê é que muitos ao aposentar-se são levados a buscar com ansiedade biscates ou subempregos abaixo do seu nível de formação para que a família não venha sofrer privações.

Esta é a nossa sugestão para que o grupo de Trabalho estude os efeitos negativos que o atual sistema de aposentadoria do servidor celetista traz ao funcionário e sua família.

A desvinculação das aposentadorias do servidor celetista e profissional autônomo é ao nosso ver, um imperativo de justiça social.

Célio França, secretário executivo do Programa Nacional de Desburocratização, responde:

Agradecendo desde já sua colaboração, informamos-lhe que a questão ressaltada está sendo objeto de estudo da Comissão da Reforma Administrativa. Sua solução será possível a partir da unificação dos regimes jurídicos, reunindo todos os servidores em uma só categoria.

Esclarecemos ainda que o serviço

de cartas da Funcep sobre a Reforma Administrativa foi unificado ao do Programa Nacional de Desburocratização, que funciona na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 9º andar. Daí a razão por que respondemos sua missiva.

Colaboração

Oswaldo Dalvino Costa, de Recife, propõe:

Com a intenção de prestar a minha humilde colaboração ao governo do nosso Presidente José Sarney e especialmente ao ministro Aluizio Alves em anexo envio este modesto plano, sintetizando as minhas idéias e sugestões, visando uma reformulação, a fim de obter um Serviço Público desburocratizado e eficaz.

Sei que muitas destas sugestões já devem estar sendo cogitadas e implantadas, todavia, é meu desejo, e se possível, contribuir de forma desinteressada.

I) SUGESTÃO PROPOSTA

A reformulação da estrutura administrativa para conseguir melhoria substancial dos "Serviços Públicos" com extinção da nociva burocracia.

Naturalmente que existem inúmeros aspectos da complexa e secular máquina administrativo-burocrática que sem a pretensão de querer ser profundo conhecedor desta problemática, mas como cidadão comum, sinto seus efeitos danosos e admito esteja reclamando há muito uma atenção de todos nós visando após comedida análise, uma reestruturação com vista a alcançar um estágio de evolução dos serviços públicos desburocratizados, compatível com a nova realidade brasileira.

Pretendo como brasileiro corresponsável por esta anomalia, dar a minha modesta contribuição, propondo uma modificação estrutural do sistema de funcionamento do "Serviço Público", que consiste basicamente em dividir o funcionalismo em duas turmas, atuando em dois turnos de 6:30 horas cada, com 30 minutos de intervalo a cada 3 horas de expediente, buscando assim, aumentar sensivelmente a eficácia, a produtividade global e a satisfação da sociedade.

FALA, SERVIDOR

II) BENEFÍCIOS ADVINDOS

As vantagens oriundas desta sistemática serão no meu entendimento, as enumeradas a seguir:

1) As repartições permanecerão mais tempo à disposição dos usuários (12 horas por dia).

2) Economia de combustível, especialmente em cidades que se conserva o hábito de almoçar em casa (somente uma ida e volta ao trabalho).

3) Melhorará o trânsito com fluxos menos concentrados em determinados horários, pela defasagem de horário com o setor privado, reduzindo assim, a agressividade.

4) Propicia mais tempo disponível para o convívio familiar, lazer, estudo, etc., podendo contribuir para melhor educação dos filhos e a qualidade de vida.

5) Redução da pressão social.

6) Aumento da qualidade e da produtividade dos serviços pelas novas possibilidades de:

6.1 - Negociação com os funcionários (poder de barganha aumentado).

6.2 - Colocar número adequado de pessoas para execução dos serviços.

6.3 - Motivação do próprio servidor, através de Treinamento, Remuneração, carreira, etc.

6.4 - Redução da burocracia evitando assim, excesso de pessoas manuseando processo.

6.5 - Aumento do nível real de emprego com o crescimento advindo da maior produtividade.

7) Economia de materiais, equipamentos e espaço físico, trazendo redução do custo global dos serviços à coletividade.

8) Maior contribuição para o desenvolvimento econômico.

8.1 - O servidor apto e disposto, poderá exercer outras atividades.

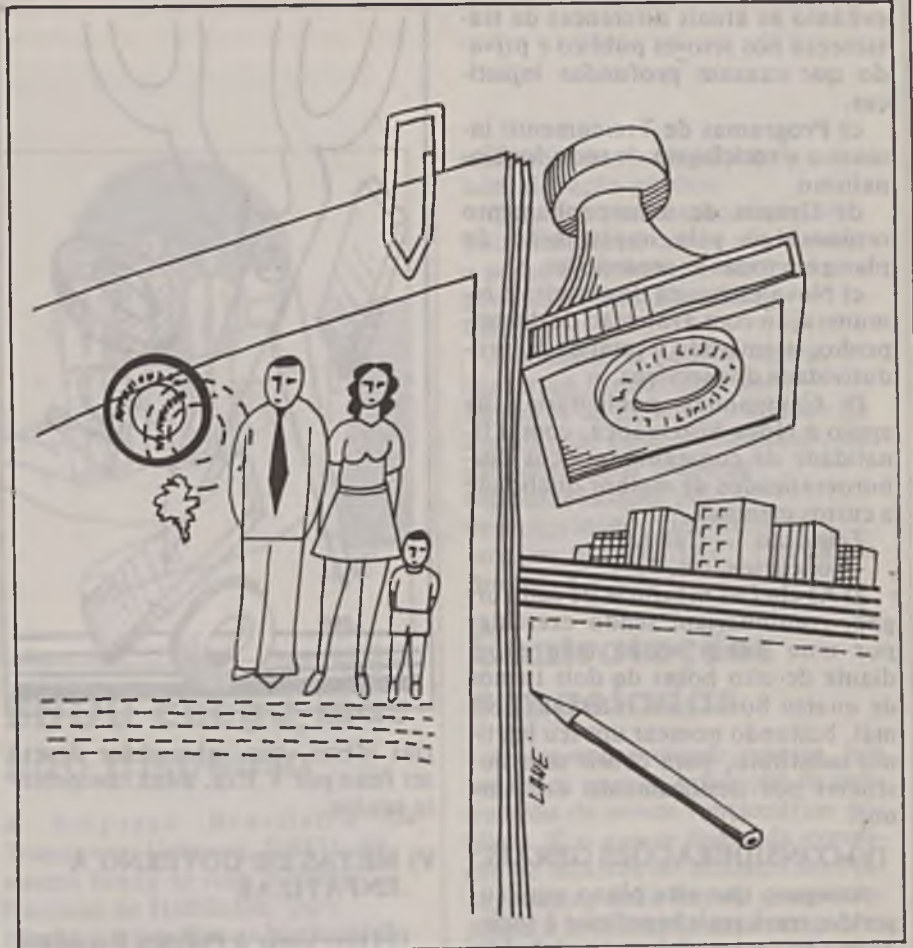
8.2 - O funcionário terá mais tempo livre para consumir.

9) Possibilita maior intercâmbio dos funcionários públicos com outras pessoas de áreas de atividade do setor privado, alargando sua visão.

10) Os serviços públicos desburocratizados teriam sua credibilidade aumentada; os cidadãos se motivariam em utilizá-los, e provavelmente diminuiria a corrupção.

III) IMPLEMENTAÇÃO

Para o modelo proposto não vejo necessidade de aumento ou redução



do pessoal. Observo nas Repartições Públicas em geral, um excessivo número de pessoas que operando um sistema de atribuições melhor distribuídas e/ou definidas, integradas com as metas e objetivos finais da Instituição, certamente se consegue melhor resultado, com número bem menor de servidores envolvidos.

Será desnecessário expor a V.Exa. dos ônus sócio-econômico-financeiros que vêm causando o excesso de pessoas na maioria dos serviços públicos, para executar tarefas, fazendo aumentar a burocracia, corrupção, a improdutividade e a insatisfação geral.

DIFICULDADES

Sei dos reflexos, complexidade e enormes dificuldades para pôr em prática estas idéias. Não tenho a pretensão de afirmar que tudo que reportei aqui, seja absolutamente válido, pois, sempre estive ligado à iniciativa privada, nas áreas de administração e marketing, mas, não conheço em profundidade a problemática do Serviço Público.

Dadas as implicações que a im-

plantação desta proposta teria em todas as estruturas econômico-financeiro-sócio-políticas, jurídicas, culturais, etc., alcanço alguns problemas a equacionar nas áreas de chefia; tipos de atividade (serviço), aspectos regionais, mentalidade, formação profissional e outras.

Entretanto, acredito que a minha proposição está compatível com as atuais necessidades da Nação Brasileira, e poderá ser trabalhada ajustando-a a nossa realidade dentro de um cronograma de prazos realistas para implantação em etapas, apoiada nas medidas a seguir, instrumental indispensável ao sucesso deste plano.

Medias Suporte (Instrumentais)

a) Uma moderna e pragmática estrutura jurídica.

b) Um novo Regimento Estatutário, regulando de forma prática as relações do funcionário com o Estado, definindo de forma mais clara e equitativa, direitos e obrigações de ambos o mais próximo possível das relações na iniciativa privada, reguladas pela CLT. Na medida do possível com as devidas adequações, proporia uma fusão com a CLT,

FALA, SERVIDOR

evitando as atuais diferenças de tratamento nos setores público e privado que causam profundas injustiças.

c) Programas de Treinamento intensivo e reciclagem de todo funcionalismo.

d) Grupos de acompanhamento responsáveis pela implantação do plano em todas as repartições.

e) Nova estrutura de carreira e remuneração com avaliação de desempenho, premiando a qualidade/produktividade dos serviços.

f) Campanhas publicitárias de apoio à Nova Sistemática, com a finalidade de conseguir serviços desburocratizados de melhor qualidade a custos menores.

Televisão - Cartazes
- Concursos, etc.

g) As chefias máximas de cada órgão, continuariam sendo exercidas por uma única pessoa com expediente de oito horas de dois turnos de quatro horas com intervalo normal, bastando nomear um seu legítimo substituto, para cobrir suas ausências por deslocamento dos turnos.

IV) CONSIDERAÇÕES GERAIS

Asseguro que este plano aqui sugerido, trará reais benefícios à sociedade e ao desenvolvimento global do nosso País, envolto em substanciais problemas. Coloco-me desinteressadamente à disposição de V.Exa., a fim de colaborar no que me for possível, pois, não acho justo criticarmos as autoridades constituídas sem apresentarmos alternativas para as melhores soluções quando reconhecemos que as dificuldades somente serão superadas mais racionalmente, com a união e participação conjunta de todos os cidadãos dispostos a ajudar.

Julgo que com a nossa omissão, os governantes jamais resolverão a gama de problemas que nos aflige.

Com a otimização dos recursos materiais, tecnológicos, econômico-financeiros, humanos, medidas mais rigorosas para a eliminação das mordomias, gastos supérfluos, corrupção, etc., no âmbito governamental (Administração direta e indireta), certamente não haverá ônus adicional ao erário público. Ao contrário, haverá redução significativa dos custos do serviço público com os devidos ajustamentos, através de acurada seleção das melhores alternativas a serem trabalhadas e o enriquecimento das minhas embrioná-



rias idéias, que sabiamente deverá ser feito por V.Exa. e sua competente equipe.

V) METAS DE GOVERNO A ENFATIZAR

1) Direcionar a Política Econômica, a fim de alcançar uma melhor distribuição de renda, fortalecer o mercado interno e prosseguir incentivando as exportações.

2) Reduzir e controlar mais intensamente os gastos públicos.

3) Eliminar drasticamente as mordomias, gastos supérfluos, tais como: banquetes, viagens, equipamentos desnecessários, etc.

4) Aplicar as Leis, punindo com rigor os desfalques, escândalos financeiros, e outros atos de corrupção, desapropriando e fazendo os responsáveis reporem as perdas.

5) Reformar o poder judiciário, a fim de torná-lo realista, atuante a custos compatíveis.

6) Levar a efeito a Reforma Agrária, dando mais condições aos agricultores, fornecendo-lhes terra, treinamento, capital, saúde e escola.

7) Maximizar a privatização das Empresas Públicas.

8) Oferecer real oportunidade à iniciativa privada (setores primário, secundário e terciário), atuando com agente do desenvolvimento, fomentando a produção, mas sem protecionismo e envolvimento direto na execução das atividades.

9) Promover uma Reforma Tributária, atualizando conceitos, visando maior equidade, com taxas menores, que motive todos a pagarem os tributos, mantendo um controle eficaz através do consumidor final sem burocracia, custos elevados e melhor aparelhada contra a fraude.

10) Somente permitir a contratação de pessoal para o Serviço Público, através de concurso e regido por novo sistema que não permita os excessivos direitos, que só contribuem para a acomodação e improdutividade do servidor (uma possível equivalência com a CLT).

11) Criar condições para que todo funcionalismo público seja qualificado e reclassificado.

12) Estabelecer uma política de remuneração e carreira que estimule o servidor público, a ser produtivo com o objetivo de prestar sempre o melhor serviço possível.

13) Nomear auditores da sociedade com prerrogativas plenas para apurar sem qualquer burocracia, os desvios das instituições públicas ou privadas reclamadas por qualquer cidadão e propor soluções. Julgo que poderia ser usado nesta função o pessoal do legislativo sem remuneração adicional.

14) Reduzir salários e eliminar as mordomias do poder legislativo, através de plebiscito com votação popular. Acabar com os oportunistas políticos.

15) Eliminar Repartições Públicas ou Privadas com finalidades superpostas, ou seja, cuidando do mesmo assunto.

16) Enfatizar a construção e modernização das Ferrovias, criando um sistema de transporte integrado com Rodovias, Portos e Aeroportos, a custos menores, compatíveis com as dimensões do nosso País.

17) Mobilizar as pessoas disponíveis na comunidade, para voluntariamente, se integrarem ao projeto "Educar" e erradicar o analfabetismo.

Ex. Donas-de-casa, estudantes de faculdade, sendo obrigatório um estágio no projeto ao seu currículo para graduação, aposentados, etc.

Célio França, Secretário-executivo do Programa Nacional de Desburocratização, informa:
"Acuso o recebimento de sua carta e agradeço sua colaboração.

Informo-lhe que o assunto será devidamente estudado e posteriormente encaminhado à Comissão da Reforma Administrativa."